

RESENHAS

LESTE EUROPEU, A REVOLUÇÃO AO VIVO

PEDRO BIAL e
RENEÉ CASTELO BRANCO
Rio de Janeiro, Objetiva, 1990,
156 páginas.

■ **Por Afrânio Mendes Catani**
Professor do Departamento de
Administração Escolar e
Economia da Educação na
Faculdade de Educação da USP.

O repórter da Rede Globo, Pedro Bial, e a jornalista Renée Castelo Branco, escreveram *Leste Europeu, A Revolução ao Vivo*, um envolvente testemunho dos acontecimentos de 1989 que viraram de pernas para o ar a região e, por que não dizer, mudaram a face do mundo. Desde a violenta queda de Ceaucescu, na Romênia, passando pelas mudanças ocorridas na Tchecoslováquia, Hungria e Polônia, até a queda do Muro de Berlim. Completa o volume um capítulo de 13 páginas sobre a Albânia ("A Irredutível Aldeia Albanesa").

Pedro Bial — que é o autor da maior parte do livro — explica a parceria com Renée: "Estive em todos os países do Leste Europeu, durante 89, e Renée voltou a eles no começo de 90. Depois, juntos, escrevemos este depoimento. A visão de dois brasileiros de transformações que podem dar sentido ao século." E, deixando claro que estão mais interessados em uma boa reportagem, escrevem que "não interessa especular sobre a morte do comunismo ou a estrada sem volta do capitalismo. Acima dos sistemas políticos, o ser humano quer o direito à dignidade, ao sonho e à liberdade".

A Editora Objetiva e os dois jornalistas conseguiram se antecipar, em alguns dias, ao lançamento no Brasil, pela Companhia das Letras, do livro do Prof. Timothy Garton Ash, *Nós, O Povo* (A Revolução de 1989 em Varsóvia, Budapeste, Berlim e Praga), que reúne quatro capítulos principais descrevendo os acontecimentos, e um

último, em que faz um conjunto de reflexões sobre esta revolução. Bial e Renée dividem *A Revolução ao Vivo* em dez capítulos, a maioria deles com quinze a vinte páginas, que são lidos praticamente como se constituíssem uma reportagem mais extensa de um suplemento especial, dedicado às transformações econômicas, sociais, políticas e culturais ocorridas na região.

A epígrafe do trabalho, extraída do filme de Glauber Rocha, *A Idade da Terra* (1980), já deixa claro que os jornalistas, em seu relato, apostam que as transformações operadas são profundas, podendo surgir, a partir daí, algo diferente, talvez uma "terceira via": "Estou certo de que haverá uma síntese dialética do capitalismo com o socialismo. Pois não existem países socialistas ricos e países socialistas pobres; e países capitalistas ricos e pobres. Em resumo, existem países ricos e países pobres. Estou certo de que haverá uma síntese dialética entre capitalismo e socialismo." E, no capítulo "Tempestade sobre Malta", que funciona como uma espécie de introdução ao livro, pode-se ler que na Europa Oriental "tudo aconteceu incrivelmente rápido. Continua acontecendo (...) O novo envelhece velozmente as notícias. O que tentamos contar é o que não envelhece, nem morre jamais. O momento em que os homens, unidos, se fazem maiores do que qualquer estado. A força incontível do povo, da verdade" (p.13).

Quatro capítulos são dedicados à Romênia ("Revolução na Transilvânia", "O Fim do Anticristo", "Dictadura Numai" e "Luz e Trevas na Romênia"), e os demais à Hungria ("Enterrem-se os Mortos"), Polônia ("Dez Anos Antes"), Tchecoslováquia ("Em nome da Verdade") e Alemanha ("Wir Sind Ein Volk" — "Nós Somos o Povo"), além daquele sobre a Albânia, anteriormente referido. Bial escreve que chegou à Romênia em 22 de dezembro de 1989, dia em que o ditador Nicolai

Ceaucescu, "senhor das trevas da Romênia", e sua mulher, Elena, foram escorraçados de seu próprio palácio. Explica que tudo começou numa quinta-feira da semana anterior, 14 de dezembro, em Timisoara, uma cidade de 350 mil habitantes, em que boa parte são húngaros. E foi a minoria húngara — que é hostilizada pelos romenos — que desencadeou a Revolução no País. Um jovem padre luterano de origem húngara, querido em Timisoara foi transferido, porque costumava pregar a democracia em seus sermões. A partir daí, ocorreram algumas passeatas e, logo, todos começaram a gritar contra o governo de Ceaucescu. "Era o dia 17 de dezembro (...) Ceaucescu (...) manda reprimir violentamente a manifestação. A ordem era atirar para matar. A população enfurecida não abandona a praça e o exército não consegue executar a ordem de Ceaucescu. 42 soldados foram fuzilados pelas costas pela Securitate* em plena praça, porque não atiravam contra as pessoas" (p.16-17). Superestimando seu poder, o ditador convoca um comício em Bucareste, acreditando que conseguiria segurar a população. Aparentemente, as coisas estão caminhando bem; de repente, grupos começam a berrar, agora contra o líder máximo. Ceaucescu não acredita quando, ao invés de receber apoio da claqué habitual, surgem muitas pessoas gritando **liberdade! democracia!** "Ceaucescu olha esgazeado a população, procurando apoio; os braços balançando frente ao corpo, um gesto pede ajuda, a câmara sacode, a imagem fica preta. A Romênia assistiu ao desamparo do tirano ao vivo pela TV. Antes de Ceaucescu deixar o comício, a tele-

* Securitate - Polícia Secreta do ditador, "era um exército de elite, de homens bem armados e super-treinados. Ceaucescu recrutava os futuros securitates nos orfanatos. Eram criados com privilégios, boa alimentação, drogas, aprendiam a matar para servir" (p.18).

visão estava fora do ar e o povo gritava *Abaixo Ceaucescu! Assassinos!*" (p. 17).

Em Bucareste, os estudantes romenos ocupam as ruas do centro, sem fazer reivindicações. Eles simplesmente se colocaram de joelhos, trazendo cada um uma vela acesa, permanecendo quietos até que apareceram os tanques e avançaram, "esmagando os jovens passivos. As rajadas de metralhadora zuniam na altura das cabeças dos que continuavam ajoelhados. Antes de passar para o lado do povo, o exército patrocinou uma noite de horror." Provavelmente Ceaucescu matou o Ministro da Defesa — a quem o exército está subordinado —, enforcado com "a resistência do exército, em alguns lugares, à ordem de atirar contra a população. Foi o estopim. O exército (...) aderiu à Revolução(...) A Securitate continuava a atirar..." (p.18). Como o casal Ceaucescu havia tentado fugir, e depois fora capturado, os membros da Securitate — aproximadamente 30 mil homens — lutavam agora por sua própria vida. Bial e Renée falam do "juízo" a que o casal foi submetido e traçam uma rápida biografia de Ceaucescu, mostrando como ele foi se isolando e se corrompendo. No início, seu governo ganhou a simpatia aos olhos do Ocidente, por sua postura de autonomia frente aos soviéticos e uma certa aproximação para com os Estados Unidos. Recusou-se a submeter a Romênia a todos os planos do Comecon (isto é, o mercado comum dos países comunistas) e não adotou uma linha anti-China, determinada por Moscou. Reconheceu a existência das duas Alemanhas e, em 1968, repudiou a invasão da Tchecoslováquia pelos países do Pacto de Varsóvia. Sua política externa sempre foi independente, condenando o apoio soviético à invasão do Kampuchea pelo Vietnã e exigindo a retirada das forças soviéticas do Afeganistão. "Mesmo em 1984, quando internamente Ceaucescu já enveredara por um caminho violento e sanguinário, a Romênia é o único país do bloco socialista a participar das Olimpíadas de Los Angeles, nos Estados Unidos" (p. 45). O governo que se dizia representante dos trabalhadores, quase sempre permaneceu surdo aos apelos populares e cego

diante das necessidades da população. Há muitos casos de Aids no país e a repressão sexual vigente fazia com que o Governo negasse a existência de drogas e homossexuais. As relações entre heterossexuais também eram reprimidas e proibido o uso de qualquer contraceptivo. "Quem tinha amigos na Hungria costumava receber camisinhas dentro dos cartões de Natal, sempre com medo de ser apanhado pela Securitate. As mulheres que conseguiam o dobro do salário mensal para colocar um Diu, depois tinham medo de ir a um ginecologista que não fosse clandestino. Todas as mulheres com mais de 24 anos sem filhos pagavam uma multa ao Estado. Nos últimos dez anos de Governo, só foi publicado um livro sobre educação sexual, que, mesmo assim, pula os capítulos da anticoncepção" (p.78). Absorventes íntimos femininos também inexistiam e os autores ouviram de uma entrevistada que "as mulheres romenas lidam com a menstruação com o mesmo método das tataravós — um chumaço de algodão" (p.137).

Tudo na Romênia era ferrenhamente censurado: cinema, TV, teatro e demais atividades culturais. Num país em que não são in-comuns temperaturas de menos 30 graus centígrados e os prédios não têm calefação para economizar energia, censuravam-se até os boletins do tempo: não se permitia o anúncio de temperaturas abaixo de -15°C. Ceaucescu "falsificou durante 20 anos todas as estatísticas, governava um país fictício e impunha a pobreza absoluta aos cidadãos para pagar, como pagou, a dívida externa" — embora ele e sua família vivessem em palácios como verdadeiros nababos, com "torneiras de ouro, quadros caríssimos, antiguidades, mau gosto milionário" (p.138). Menos de uma semana depois da queda do ditador, as lojas oferecem peças de lingerie, desaparecidas há algumas décadas, bem como calcinhas e meias de nylon; o povo quase se estapeia, para comprar algumas laranjas e chocolates chineses (p. 137-138).

Mas, mesmo depois de Ceaucescu, as coisas são uma verdadeira incógnita. Nas eleições de 20 de maio de 1990, 82 partidos competiram com a máquina governamental herdada pela Frente de Salvação Nacional (que acabou virando partido). Foi eleito presi-

dente, com quase 90%, Ion Iliescu, que foi amigo íntimo do casal Nicolai e Elena. Ele era considerado, nos anos 70, o provável sucessor de Ceaucescu, "mas se opôs a algumas ordens descabidas, como mandar cortar o cabelo e as barbas dos jovens e proibir música estrangeira nas rádios. Caiu em desgraça." Praticamente filho da ditadura recém-derrubada, Iliescu governa com maioria absoluta no parlamento. Além disso, as posições de destaque do Ministério do Comércio Exterior "são ocupadas por comandantes militares, e vários embaixadores na Europa Ocidental e no Oriente Médio saíram das fileiras da Securitate" (p.140). Os candidatos da oposição, que concorreram à presidência, foram Ion Ratiu (pelos camponeses), "mais inglês que romeno, falava romeno com sotaque, e era um milionário que alugou a legenda", e Radu Campeanu (pelos liberais), "que só fez assustar aos camponeses e trabalhadores, com seu discurso pela livre iniciativa" (p.141). No entender de Bial e Renée, é difícil reconstituir um país pobre, sem tradições democráticas ou novas lideranças políticas, com suas estruturas sociais arrasadas por 40 anos de ditadura. "Violência, discriminação, ódio, intolerância, e a nova geração legada por Ceaucescu: crianças tratadas como ratos, nos orfanatos, doentes da pele, do sangue, do coração e da cabeça. O futuro sempre abortado da terra dos tiranos imortais, que só capitulam diante do sol" (p.142).

O capítulo dedicado à Hungria também é dos mais interessantes, mostrando como o país, após mais de 32 anos de ditadura de Janos Kadar, começa a respirar com liberdade. História a invasão soviética e o massacre de 1956, expõe a acidentada carreira política de Imre Nagy (primeiro-ministro durante 2 anos, logo após a morte de Stalin, em 1953; expulso do Partido em 1955; volta ao poder em outubro de 1956, e logo depois é deposto e enforcado em 1958, num julgamento simulado, junto com mais três companheiros) e mostra como a ditadura ruiu, de maneira semelhante a um castelo de cartas. A partir de 85, com as mudanças na União Soviética desencadeadas por Mikhail Gor-

batchev, o poder de Kadar começou a ser carcomido de vez. O interessante é que na Hungria os comunistas foram derrubados pelos comunistas, ou seja, em maio de 1988 Kadar é afastado da liderança por um grupo de reformistas do partido. Karoly Groz é escolhido secretário-geral e todos os linha-dura são afastados (p.27).

Até então, durante o governo de Kadar, com uma simples denúncia por parte de um informante do governo, qualquer húngaro perderia seu emprego. As reformas continuam e, no início de 89, o PC húngaro cria espaço para eleições livres e afasta definitivamente Kadar do Partido. Em outubro de 89, depois de 56 anos, o presidente interino Matyas Szuros declara que a Hungria deixara de ser República do Povo para ser apenas uma República (p.28). O país está, atualmente, numa situação estranha, pois não tem leis adequadas à economia de mercado e, também, as antigas leis que funcionavam sob o regime comunista não têm mais serventia. A convivência com empresas privadas, na Hungria, não é novidade: *"há muito já funciona uma economia híbrida, onde algumas empresas particulares, muitas internacionais, convivem com a base da economia, que é estatal"* (p.32). O povo está farto do comunismo, porém, tem um pouco de medo do que vem vindo. Bial e Renée colocam que a economia necessita de pelo menos uns cinco anos para começar a reagir e se organizar. Durante esse tempo, provavelmente a situação deverá piorar para os trabalhadores. Nos dias de hoje, já há muitos desempregados, resultado da nova economia de mercado. Muitos húngaros estão sendo obrigados a ter dois ou três empregos para manter um certo padrão de vida, uma vez que o preço dos transportes, do aluguel e de energia vem aumentando com o fim dos subsídios e a liberação da economia. Todos os preços foram reajustados e a inflação alta (25%) corrói os salários. A Hungria tem uma das maiores dívidas externas do Leste (20 bilhões de dólares) e muita gente começa a ter saudades de Kadar (p. 34). A poluição é insuportável em muitas cidades e os cuidados com o meio ambiente

ainda estão longe de ser equacionados.

O capítulo reservado à Polônia (p.54-72) é interessante e bem documentado, embora não apresente muitas novidades. *"Em Nome da Verdade"* (p.84-113) acompanha a ascensão ao poder de Vaclav Havel e do Fórum Cívico, pondo fim a 21 anos de ditadura comandada por Gustav Huzak, que governou de 1968 até novembro de 1989. Tudo começou, aparentemente, de forma pouco conseqüente: 17 de novembro último marcava o cinquentenário da repressão nazista a uma manifestação estudantil em prol da liberdade. Os estudantes foram massacrados pelas tropas nazistas e, desde então, *"todos os anos os estudantes organizam um protesto, autorizado e durante muito tempo até estimulado oficialmente"*, contra o massacre. Pois bem, no ano passado, pela primeira vez, *"as autoridades da cidade, especialmente o odiado chefe do Partido Comunista em Praga, Miroslav Stepan, proibiram que a manifestação saísse da área dos prédios da Faculdade de Medicina, um lugar chamado Albertov. Uma multidão inesperada foi para lá protestar..."* As pessoas foram chegando, os discursos contra o governo se tornando mais inflamados, as tropas chegando e espancando todo mundo. Correu o boato segundo o qual um estudante foi morto, os estudantes entram em greve, a repercussão é imensa e o governo iniciava sua queda com uma rapidez incrível. Os teatros não apresentam sessões, substituindo-as por debates sobre a situação política do país. Uma greve geral é marcada para 27 de novembro. Cria-se o Fórum Cívico, em que sobressairá o pessoal da Carta 77, que em janeiro de 1977 divulgara um manifesto no Ocidente em prol dos direitos e liberdades dos cidadãos. O dramaturgo Vaclav Havel, o filósofo Jan Patocka e o ex-ministro do Exterior do governo Dubcek, Jiri Hajek, encabeçaram esse documento, assinado por mil intelectuais. O Fórum Cívico fez, na ocasião, uma série de exigências, entre elas a renúncia do presidente Husak, do líder do Partido, Milos Jakes, do primeiro-secretário do Partido em Praga, Miroslav Stepan, e a liber-

dade para todos os presos políticos. A partir disso, o governo vai sendo levado de roldão, as crianças começam a participar das manifestações, o Comitê Central do Partido renuncia, as polícias especiais são extintas e, em 10 de dezembro, Husak renuncia. Alexander Dubcek é indicado para a liderança da Assembléia e Havel, candidato à Presidência. Em 28 de dezembro, a Assembléia elege Dubcek, e dia 29, já sob sua presidência, o Parlamento elege Havel presidente (p. 85-98).

Os jornalistas brasileiros mostram que Havel, em março de 90, apesar de ainda muito popular, já enfrentava algum descontentamento por parte da população e se debatia com um dilema: ou aplicava um "choque" na economia, enquanto o governo é bastante popular *"e os tcheco-eslovacos estão dispostos a enfrentar sacrifícios por uma meta comum"*, ou introduzia as reformas passo a passo, *"criando mais proteção para os problemas sociais que as mudanças vão provocar"*. Se o ritmo das reformas for mais lento, *"o desemprego será menor, embora não possa ser evitado, e a possibilidade de harmonia e de paz social será maior"* (p. 106). Mas há, ainda, muita corrupção e burocracia na Tchecoslováquia: mercadorias contrabandeadas vendidas livremente; gorjetas em dólares compram muitas facilidades; funcionários que se recusam a trabalhar (ou trabalham de má vontade, sonhando informações); ineficiência em qualquer tipo de serviço que se vá utilizar; manutenção de privilégios odiosos, como por exemplo a utilização de vagão-restaurante dos trens apenas para os passageiros da primeira classe etc.

O capítulo *"Nós Somos o Povo"* (Wir Sind Ein Volk) analisa a queda do governo da República Democrática Alemã e levanta uma série de questões acerca da unificação — é importante ressaltar que ele foi escrito em março último — e, como não poderia deixar de ser, se ocupa da derrubada do Muro de Berlim, ocorrido simbolicamente entre a noite do dia 9 e a manhã do dia 10 de dezembro de 1989.

Esta resenha já está extensa demais. Gostaria de lembrar, ainda, que o bom humor e observações

argutas dão o tom, ao longo da centena e meia de páginas. Alguns exemplos merecem ser mencionados. Na Hungria, uma entrevistada vê um pequeno e obsoleto automóvel *Trabant*, fabricado na Alemanha Oriental, que polui oito vezes mais que qualquer carro da Alemanha capitalista e afirma: *"um regime que em 30 anos só é capaz de fabricar um Trabant tem alguma coisa de errado. Não há esperança"* (p.29). Na mesma Hungria, outro entrevistado fala que muitos italianos vão para lá atrás das belas mulheres húngaras: *"há quem diga que esta diversão é boa e barata e se você não tem mais nada a fazer, é uma bela solução"* (p. 35). É bom não esquecer que *"Cicciolina"* é húngara e faz tanto sucesso na Itália que até foi eleita deputada. Bial e Renée notam os dentes estragados do filho de Tadeuzs Mazovietsky, primeiro-ministro da Polônia e disparam que isso é *"um dos sinais mais evidentes e onipresentes da falência do sistema de saúde socialista"* (p.60). Chamam a atenção para os baixos salários na Romênia, onde um arquiteto de nível ganha menos de 10 dólares por mês (p.77), bem como para o fato de que a Stasi (extinta polícia secreta da RDA) tinha cerca de 200 mil agentes, sem contar os inúmeros informantes. Entretanto, o mais engraçado e curioso pode ser encontrado no capítulo reservado à Albânia, de autoria de Bial, cuja abertura é uma paródia das histórias de Asterix, o Gaulês (p.143). Fala do descontentamento camuflado e medroso da população (p.150); que o sexo antes do casamento é um tabu e que o homossexualismo ainda é *"proibido por lei, dá cadeia"* (p. 146); que em Tirana, capital do país, todos têm liberdade de ir e vir, *"contanto que seja de um lado para outro da praça"* (p.144), conforme falam os mal-dosos. Num momento de exasperação, escreve que *"nenhum estado tem competência para cuidar de ninguém"*, mas que sem a sua intervenção, *"os homens simplesmente se devoram"*. Conclui que é preciso encontrar a terceira margem do rio. *"Lembro da anedota moscovita: 'O capitalismo é o sistema da exploração do homem pelo homem. O comunismo é exatamente o contrário...'"* (p.155). □

COMISSÃO DE FÁBRICA E TRABALHADORES NA INDÚSTRIA

IRAM JÁCOME RODRIGUES
São Paulo, Cortez, 1990,
172 páginas.

■ Por Fernando C. Prestes Motta
Professor Titular do
Departamento de Administração
Geral e Recursos Humanos da
EAESP/FGV.

Não é mais um livro sobre participação. Trata-se de um trabalho que, salvo melhor juízo, já surge como leitura inevitável para a pesquisa e compreensão das relações de trabalho no Brasil. Iram Jácome Rodrigues, professor da Faculdade de Economia e Administração da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, em *Comissão de fábrica e trabalhadores na Indústria* analisa com impecável fundamentação teórica e invejável discernimento um dos fatos novos das relações de trabalho em nosso país, algo que entra na cena política do final dos anos setenta e nos anos oitenta, qual seja, a organização dos trabalhadores a partir do local de produção, instituindo organismos de representação operária conhecidos como comissões de fábrica, de forma semelhante ao que vem caracterizando o movimento operário, pensado em termos do capitalismo internacional.

Desempenhando papel significativo nas greves da região do ABC paulista nos últimos anos da década dos setenta, essas comissões de fábrica apresentam-se, por vezes, como autônomas face aos sindicatos operários respectivos e, por vezes, fortemente a eles vinculadas, no que se refere à sua atuação. Na medida em que tais organismos não eram previstos pela legislação sindical, podendo, portanto, agir de forma muito mais dinâmica do que o sindicato, não eram restringidos nem por ele, nem pelos órgãos governamentais, tais como o Ministério e a Justiça do Trabalho.

Leôncio Martins Rodrigues tece essa consideração na apresentação

do livro, salientando o caminho percorrido pelo autor na análise da comissão de fábrica em uma das grandes montadoras da indústria nacional naquela virada de década.

A questão dos sindicatos atrelados ao Estado, possibilitando a coerção paternalista exercida pelo segundo em relação ao primeiro, é algo que precisa sempre ser considerado no exame de estrutura sindical brasileira. Esse fato tem sido evidenciado em um bom número de estudos sobre sindicalismo e relações de trabalho em geral, entre os quais estão análises realizadas por Azis Simão, Heloisa Helena de Souza Martins e Sérgio Amad Costa. Essa situação, como demonstra o estudo de Iram Jácome Rodrigues, convive com movimentos tendentes à criação de formas autônomas de organização. É isso que torna possível vislumbrar manifestações de resistência e luta, de afirmação de verdadeira cidadania, de comunicação, negociação de reivindicação e cooperação que coexistem no campo de força das relações de trabalho, em níveis de complexidade e organização diversos.

É importante observar o caráter democrático que a comissão de fábrica tende a assumir na luta operária. Pensando em casos diversos, brasileiros e outros, ela parece significar a substituição de relações entre desiguais por relações entre iguais. Isto ocorre tanto entre os muros da fábrica como nas demais instituições sociais. A dialética permeia as relações de dominação e resistência nas organizações de sociedade capitalista. Historicamente, os trabalhadores têm lutado pela democracia, sob forma de comissão de fábrica ou conselho operário, onde o poder é atributo das assembléias gerais, eixo central tanto dos debates quanto das decisões. Muitos estudiosos entendem que é a estrutura interna dessas comissões, bem como seus objetivos e atividades, que definem seu caráter. Essas considerações referem-se naturalmente às comissões de fábrica em situações muito diversas. Servem, entretanto, de pano de fundo para o caso que Iram Jácome Rodrigues tão bem descreve e analisa. □